

Desde suas origens, após o marco que representou a Carta de Ottawa, as ações de saúde pautadas pela promoção à saúde se equilibram entre atualizar o discurso biomédico e reivindicar novas referências que coloquem em questão as formas de produzir conhecimento e poder que atravessam as sociedades. No ensaio *Por uma epistemologia emancipatória da promoção da saúde*, de Jairo Dias de Freitas e Marcelo Firpo Porto, que abre o fascículo número 2 do volume 9 da *Trabalho, Educação e Saúde*, as concepções teóricas propostas por Boaventura de Sousa Santos são articuladas ao pensamento de Paulo Freire para apontar possibilidades, de um ponto de vista crítico, da abordagem das realidades locais, mantendo a filiação à perspectiva freiriana de aliar a esperança à ação emancipatória.

Com esse mesmo horizonte – o da educação emancipatória em sua articulação com a saúde –, Elisângela Pinafo et al. trazem, no artigo *Relações entre concepções e práticas de educação em saúde na visão de uma equipe de Saúde da Família*, os resultados de uma pesquisa que tem como indagação o modo como se articulam concepções e práticas de educação na Atenção Primária em Saúde. Os resultados mostram a incorporação de um discurso sobre a valorização do conhecimento dos usuários, ao mesmo tempo em que apontam para práticas que conservam características de uma mediação convencidora, que se estrutura com base na hierarquização dos saberes.

No segundo artigo é posta em análise uma experiência de formação de profissionais da saúde que tem como eixo conceitos do pensamento de Paulo Freire, que estruturam a educação popular, tais como o dialogismo, a esperança e a conscientização. Assim, o estudo de Juliana Acosta Santorum e Maria Elizabeth Cestari, *A educação popular na práxis da formação para o SUS*, traz resultados cuja conclusão apoia a afirmativa dos autores de que a educação popular contribui para recuperar a politicidade da formação em saúde, elemento necessário à construção de um SUS efetivamente capaz de interferir na qualidade de vida da população.

A relação entre atuação no SUS e saúde mental é discutida, em dois textos, com objetos bastante distintos. O primeiro, de autoria de Lidiany Alexandre Azevedo, Daniely Ildegardes Brito Tatmatsu e Pedro Henrique Rocha Ribeiro, intitulado *Formação em psicologia e a apropriação do enfoque da Atenção Primária à Saúde em Fortaleza, Ceará*, a partir de uma investigação no campo da educação, formula uma crítica sobre o descompasso entre as necessidades do sistema de saúde e a prática liberal ainda hegemônica nos cursos de psicologia. O artigo *Características do cuidado em saúde mental em um CAPS na perspectiva dos profissionais*, de Fernanda Barreto Mielke et al., propõe uma avaliação do cuidado com base em uma metodologia qualitativa e no diálogo com os cuidadores. Dentre os vários temas, destacamos o questionamento sobre o papel do centro de atenção psicossocial (CAPS) e os processos, velados, de reinstitucionalização dos pacientes.

Pensar sobre a juventude e sobre a saúde, tendo como eixo o trabalho, foram os propósitos dos dois textos que encerram a seção de artigos. De autoria de Sheila Aparecida Ferreira Lachtim e Cássia Baldini Soares, *Valores atribuídos ao trabalho e expectativa de futuro: como os jovens se posicionam?*, os resultados da pesquisa reforçam o lugar de valorização que o trabalho tem para os jovens. Quanto à finalidade do trabalho, alguns entrevistados o compreendem como garantia das formas básicas de sobrevivência, e outros como meio para a realização pessoal e amadurecimento, sendo essa significação diferente quanto às formas de inserção social, em termos de classe, dos jovens, sujeitos da pesquisa.

O artigo de Cássia Beatriz Batista et al., *Violência no trabalho em saúde: análise em unidades básicas de saúde de Belo Horizonte, Minas Gerais*, parte de um interessante diagnóstico: a violência nos serviços de saúde produz um ciclo vicioso. Encontra-se na base de processos de afastamento de trabalhadores das unidades e, portanto, da criação de obstáculos de acesso ao cuidado, e reflete, dentre outros fatores, a insatisfação do usuário com a qualidade dos serviços, que tem no acesso um dos seus componentes mais importantes. Mediante essa identificação e com base nos resultados da pesquisa, os autores indicam caminhos para enfrentar o problema, dentre os quais o fortalecimento das práticas de humanização em saúde e a política de educação permanente.

Uma experiência de formação de trabalhadores do SUS, desenvolvida na Paraíba, é revisitada por atores sociais que estiveram à frente de sua implementação no relato *Uso de metodologias ativas na formação técnica do agente comunitário de saúde*, de Ivanilda Lacerda Pedrosa et. al. A leitura do texto permite identificar questões que têm perpassado os debates sobre a formação técnica do agente comunitário de saúde e acompanhar o empenho político pedagógico para efetivar dispositivos operacionais que possibilitaram articular prática e teoria, ensino e atuação, trabalho e ensino.

Na entrevista deste número, o professor José Paulo Netto discorre sobre as possibilidades de construção de um conhecimento verdadeiro, que supere a segmentação. O tema principal é a concepção dialética como fundamento para a pesquisa.

*Trabalho, Educação e Saúde* conta ainda com duas resenhas. Aidecivaldo Fernandes de Jesus traz reflexões sobre a obra de Solange L'Abbate, *Direito à saúde: discursos e práticas na construção do SUS*, enquanto Rafaela Teixeira Zorzanelli analisa *O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*, de autoria de Francisco Ortega.

Angélica Ferreira Fonseca

Carla Macedo Martins

Isabel Brasil Pereira